

## MUNICÍPIO DE TOLEDO Estado do Paraná

**LEI Nº 2.269**, de 11 de setembro de 2018

Altera a legislação que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo e revoga dispositivos de planos de cargos e vencimentos de servidores públicos municipais.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Esta Lei altera a legislação que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo e revoga dispositivos de planos de cargos e vencimentos de servidores públicos municipais.
- **Art. 2º** A <u>Lei nº 1.822, de 5 de maio de 1999</u>, passa a vigorar com as seguintes alterações:
  - **"Art. 33-A** Redistribuição é o deslocamento do servidor efetivo, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, observado sempre o interesse da administração e, ainda, os seguintes preceitos:
    - I equivalência de vencimentos;
    - II manutenção da essência das atribuições do cargo;
  - III vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
    - IV mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;
  - V compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
  - § 1º A redistribuição ocorrerá **ex officio** para ajustamento de quadros de pessoal e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.
  - § 2º A redistribuição far-se-á através de ato conjunto entre a Secretaria de Recursos Humanos e os órgãos e entidades da administração pública municipal envolvidos.
  - § 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não puder ser redistribuído será aproveitado, na forma dos artigos 40 a 42 desta Lei.

• • •



## MUNICÍPIO DE TOLEDO Estado do Paraná

Art. 78 - ...

§ 1º – Somente poderá ser permitido serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas diárias, não se aplicando tal limite aos servidores que atuam em regime de escala de serviços e aos casos em que a atividade prestada, por sua natureza, não permita a sua interrupção e nem a divisão de serviços para mais de um servidor.

..."

**Art. 3º** – Ficam revogados:

I – o artigo 35 da <u>Lei nº 1.821, de 27 de abril de 1999;</u> II – os artigos 32 e 33 da <u>Lei nº 2.074, de 14 de outubro de 2011</u>.

**Art. 4º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2018.

## LUCIO DE MARCHI PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO** SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação: ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, nº 2.109, de 13/09/2018

**CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE:** 6904BAD475B77B14C7EA2F76BAE8F225 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://toledo.votacaoeletronica.inf.br/autenticidadepdf

CODIGO DO DOCUMENTO: 055290

LEI 2269/2018 AUTORIA: Poder Executivo

